A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL NO PIAUÍ: ELITE REGIONAL E POLÍTICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Francisco de Assis Oliveira Silva

Introdução

Analisarmos a formação e afirmação do Estado imperial brasileiro no século XIX exige olharmos para as elites provinciais e as diversas manifestações de cunho político-social que abrangera a primeira metade do século.

Observaremos nesse contexto o papel das elites piauienses nos primeiros anos pós independência política do Brasil no que tange a consolidação do Estado imperial brasileiro. As divergências políticas e as rupturas entre os membros local foram fatores cruciais na afirmação do modelo de Estado imposto pelo monarca e seus aliados no Sul.

Quando analisamos a construção do Estado imperial brasileiro, nos remetemos ligeiramente aos diversos projetos pensados para o Brasil antes e depois da emancipação política. Se antes mesmo da chegada da família já se debatia um país separado, há de se supor que durante esse debate havia um projeto para o Estado emancipado.

A partir do reconhecimento português da emancipação política do Brasil, D. João VI, sob forma de garantia, transferiu toda soberania sobre o território americano para seu filho, reservando ao mesmo, o título de imperador do novo país (NEVES, 2011. p. 101), nesse momento ainda continuava a questão do projeto político para o Estado nascente, ou seja, a distribuição de poder entre as províncias.

Segundo Dolhnikoff, “a história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia” (DOLHNIKOFF, 2005. p. 11). Essa tensão não começa em 1822 com o simbólico sete de setembro, ela vem desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, perpassando revoltas como a de 1817 em Pernambuco e adesões ao movimento da independência.

O que chama atenção neste aspecto é a falta de unidade que assolara a América portuguesa. Um grande desafio para o monarca e sua “trupe” era manter as demais províncias unidas em torno do Rio de Janeiro. Fator extremamente importante para entendermos a afirmação do Estado imperial Brasileiro.

A criação de um documento que apontara a Portugal as bases de um governo autônomo dentro das terras de além-mar, demonstrara veemente o pensamento forjado da unidade brasileira. Se até 1821 José Bonifácio deixava transparecer em seus escritos a vontade de união entre Brasil e Portugal em um só reino, devido ao centralismo proposto pelas Cortes lisboesas, seu pensamento mudou e junto com D. Pedro teriam que enfrentar os egos da elite brasileira; mesmo forjando a unidade;

O documento ainda apresentava as terras luso-americanas como uma unidade, o Brasil, em oposição ao reino opressor, Portugal. No entanto, tal unidade não existia, sendo apenas, naquele momento, um projeto do grupo articulado em torno de D. Pedro. Carecia ainda de se materializar, enfrentando a resistência das elites provinciais, ciosas de sua autonomia e carentes de vínculos que conformassem uma nação (DOLHNIKOFF, 2017. p. 17).

Neste contexto, o Estado nasce antes da nação, pois o projeto político buscava legitimar apenas as elites provinciais, onde um entreposto político em torno da emancipação do Brasil tentara se apresentar como a luta de um povo oprimido cujo projeto se dava em torno de unidade da América portuguesa.

A imagem que tentara ser passada a Portugal é a de um território unido em torno de um bem comum, no entanto, a prática se mostrou um Estado disperso, com cisões em muitos aspectos, desde o projeto político pensado para o país emancipado até a forma como se organizaria os governos provinciais. Essa dispersão faz com que a consolidação do Estado imperial brasileiro perdure até meados do século XIX.

Ao estudarmos as elites local damos um passo rumo ao entendimento da forma como se articulou a política imperial no pós-independência. A tendência era que os membros da aristocracia das províncias fossem capazes de organizar e atuar no aparelho do recém-formado Estado imperial. Nesse intuito compreender a formação do Estado é olhar para as elites e analisar como se articularam no poder, sobretudo nos anos de 1823 a 1825. Esse fator implica no debate em torno da autonomia para as províncias e a articulação do corpo político local e conjuntura do Estado maior, como observa Dolhnikoff;

O processo de construção do Estado brasileiro no século XIX teve como um dos seus principais eixos, tanto em termos do debate político como da organização institucional propriamente dita, a definição do grau de autonomia que ficaria reservada aos governos provinciais em oposição ao grau de centralização em torno do governo do Rio de Janeiro. Essa discussão tem profundo interesse na medida em que revestia um problema essencial: o lugar das elites regionais no novo Estado. Maior autonomia significaria garantir aos grupos dominantes nas províncias um papel decisivo na condução do país. Questão que percorreu todo o século XIX e

adentrou a república, quando passou a ser expressa nos frequentes debates sobre o federalismo brasileiro (DOLHNIKOFF, 2003, p. 116-133).

Nessa análise, a questão da autonomia para as províncias fora uma questão crucial ao longo da afirmação do Estado. Sobretudo no Norte, onde as províncias como a de Pernambuco se rebelara contra as ideias centralizadoras e nepotistas do monarca e buscara a fundação de um país separado da Corte imperial, firmada na ideia federalista, respaldado pelo vulto do republicanismo.

Nessa conjuntura, entra em cena as províncias do Norte, sobretudo a piauiense, que contribuía para a consolidação do projeto da Corte, conseqüentemente abrindo o leque de desavenças não somente entre as elites locais, mas em relação as demais províncias nortistas.

A construção do Estado

De um modo geral, conseguimos compreender que o Estado brasileiro no século XIX surge antes da nação. Alguns fatores tentam explicar o ocorrido, no entanto a falta de unidade territorial, fruto da colonização portuguesa desorganizada, pode ser apontada como fator principal. O indivíduo antes de sentir brasileiro, sentia-se mais pertencente a sua província do que propriamente ao Estado como um todo.

Oficialmente, o Estado imperial brasileiro surge com a Carta constitucional outorgada em 1824, que trouxe inúmeras conseqüências para o governo central, uma vez que os questionamentos em torno da pessoa do imperador e da sua atitude centralizadora e despótica em fechar a Constituinte de 1823 ganham proporções maiores.

A abordagem que nos interessa nesse momento é compreendermos de que maneira a elite piauiense contribuiu para que o Estado brasileiro ganhasse contornos centralista nos primeiros anos do pós-independência. Há claramente uma relação de força e poder nesse momento. A independência não fora um fator apoiado prontamente por todos, sobretudo pelos portugueses aqui residentes. Assim como as atitudes do monarca em destituir a Constituinte provocara de antemão um sentimento de traição no Norte.

Quando mencionamos a Assembleia Constituinte de 1823, nos deparamos com uma situação intrínseca de poder e atuação das elites locais. A formação do corpo político dos Constituintes de 23 passara por afirmação e aprovação do monarca, uma vez que a função da Assembleia era firmar uma Constituição para o império nascente.

Nessa conjuntura, abordarmos a Constituinte de 1823 nos faz compreender a relação das instâncias de poder que se fizera presente naquele período, além de nos fazer analisar os deputados reunidos em assembleia era o que a sociedade do Estado imperial brasileiro em construção possuía naquele momento como representantes das províncias e dos interesses locais, em outras palavras, a figura política que representara a multidão. Como analisa Dolhnikoff;

A reunião da Constituinte seguia o receituário liberal de organizar um governo representativo, cujo primeiro passo era, necessariamente, a reunião de representantes eleitos pela população para redigir uma constituição. Seria na Constituinte que se resolveriam os caminhos a serem seguidos. Praticamente todas as províncias mandaram representantes, o que indica que suas elites estavam dispostas a negociar a fundação de uma nação que correspondesse a todo território da antiga América lusitana. Mas, esta disposição não era incondicional (DOLHNIKOFF, 2017. p. 34).

Podemos discorrer ainda que a formação e conseqüentemente os tramites de afirmação do Estado imperial brasileiro fora uma forma de imposição aos diversos integrantes da elite local. Essa imposição se deu em diversas províncias e de maneiras distintas. Algumas prontamente aderiram as ideias do monarca, outras começaram um embate contra as atitudes do mesmo.

Como observa José Murilo de Carvalho (1998), a unidade do território brasileiro teria sido idealizada por uma elite central que por sua formação e trajetória havia uma diferenciação das elites locais. Ou seja, a elite que figurava ao lado do monarca teria sido a mesma elite que teve o projeto vencedor da construção de um Estado monárquico constitucional, o que afetara de antemão os grupos nortistas, sobretudo, Pernambuco.

No entanto, o desafio dessa monarquia era organizar um governo nacional, onde nunca existira um. A unidade entre as províncias, ou seja, a união das elites em torno de um mesmo ideal esbarrava na ausência de um governo de tradição na colônia.

Nesse intuito, ao abordar a aristocracia do período imperial, sobretudo, o pós-independência, requer que fazemos um paralelo entre a elite que figurava ao lado do monarca e as elites regionais, ou seja, um intenso embate, entre as elites regionais e nacionais.

O projeto político para a afirmação do Estado imperial passara necessariamente pelas mãos do monarca e da elite em torno do mesmo; uma vez que com o fechamento da Constituinte de 23 e a outorga da Carta Constitucional de 24, a participação de um seleto grupo da elite sulista convocado pelo imperador fora suficiente para criar uma constituição

que firmasse suas bases no centralismo que perduraria até sua abdicação em 1831 e retornara com o golpe da maioria em 1840.

Mas qual a relevância de mencionarmos tais fatos? Primeiro; o centralismo de D. Pedro fora a principal arma para a afirmação do Estado imperial brasileiro. Nesse momento, a Carta Constitucional de 1824 o amparava através do poder moderador, seguindo com o processo centralista sem intervenção oficial das demais províncias, digo oficial porque, algumas manifestações ocorreram contra as decisões do imperador e do seu nepotismo.

E segundo, como D. Pedro I convocara uma nova Constituinte, com membros de sua inteira confiança, lançara sobre as províncias, ou melhor sobre os representantes políticos provinciais (deputados da extinta Assembleia de 23) um duro golpe, a inclusão de um quarto poder, além dos conhecidos; executivo, legislativo e judiciário, criou-se o poder moderador. Presente no artigo 98 da Constituição de 24, o conteúdo visava a garantia suprema do poder nas mãos do monarca, uma centralização imposta por constituição;

O Poder Moderador é a chave de toda a organização política e é delegada privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes políticos (BRAZIL. Constituição Política do Império do Brasil CARTA DE LEI DE 25 DE MARÇO DE 1824. p. 13).

Não atoa a elite pernambucana na pessoa de Manuel Pais de Andrade resolvera instituir um Estado ao Norte do Brasil separado do restante da Corte. O questionamento contra as decisões do monarca se intensificara. Pernambuco resolve buscar nas províncias vizinhas uma saída contra a crise interna que se intensificara logo após a independência política do território.

É nesse momento que analisamos a participação piauiense na construção e afirmação do Estado imperial brasileiro. Não somente a província piauiense, mas algumas outras províncias auxiliaram nessa construção, no entanto, vamos concentrar a análise no caso do Piauí.

Autonomia era a palavra de ordem entre os membros elitistas do Norte. Buscavam maior poder de decisão para as províncias e menor autoridade nas mãos do monarca (fator decisivo para o fechamento da Assembleia Constituinte de 23). Nesse período o debate entre liberais e conservadores já se fazia presente e muitos deles tinham o mesmo ideal, conseguir autonomia política com uma determinada forma de governo;

A autonomia era condição para viabilizar a unidade nacional, desejada tanto por liberais como pelos conservadores. Desde o início a unidade nacional esteve entre as prioridades de ambos os grupos, e esta só poderia ser alcançada se preservada a autonomia de modo a cooptar os grupos dominantes regionais para o interior do Estado. Liberais e conservadores empenharam-se em definir as competências dos governos regionais bem como do governo central, de modo a combinar autonomia com unidade, no interior de um pacto de feições claramente federalistas (DOLHNIKOFF, 2003. p. 119).

Nos primeiros anos que sucedeu o sete de setembro, não fora isso presenciado nos debates políticos da época. Entre os anos de 1823 a 1825 a monarquia constitucional fora a escolhida pela maioria dos representantes políticos das províncias. A federalização, que garantiria liberdade para as províncias e poder de decisão para as elites regionais, figurava sobretudo nos revoltosos do Norte que deflagraram o movimento intitulado Confederação do Equador, movimento de caráter federalista e separatista com cunho republicano.

A confederação do Equador despertou no governo central o medo de que a unidade territorial fosse desfeita. Uma vez que para garantir a afirmação do Estado, era preciso de antemão garantir a unidade do território. Com as elites acomodando-se no poder nas diversas províncias, era preciso encontrar adeptos da causa do imperador, homens que fossem capazes de garantir nas províncias, a unidade e a ordem.

Nesse intuito, entra em cena o político. Na província piauiense, esse sujeito é peça chave nos rumos que o território irá tomar. Não é um sujeito político qualquer, ele torna-se um adepto da causa do monarca, como se dizia na época, um adepto da causa do império do Brasil. Serão esses sujeitos que estando em conformidade com as ideias do imperador contribuirão para manter as bases do Estado firmadas no centralismo.

A província piauiense e a formação do Estado

O Piauí em 1823 ainda não havia aderido à causa do império independente. Se em 1822 grande parte das províncias já haviam declaradas como integrante do império nascente; outras ainda buscavam desvencilhar-se das amarras de Portugal; como era o caso do Maranhão e o Piauí, onde a adesão de ambas ocorreu um ano depois do simbólico sete de setembro. A independência do Brasil não fora um algo instantâneo pronto para ocorrer em todas as províncias e ao mesmo tempo, pelo contrário;

No decorrer do processo de independência houve dificuldades para a consolidação e manutenção do processo de separação de Portugal, fato revelado pela guerra e pela necessidade de deslocamento para o norte do ainda reino unido do Brasil de

considerável quantidade de forças militares, para expulsar os portugueses e garantir a adesão de algumas províncias, cujas elites políticas e econômicas não reconheciam um novo governo livre de Portugal, fato que se aplica mais especificadamente ao Maranhão e ao Pará, sobretudo por conta dos fortes elos comerciais iniciados ainda na época da Companhia de Comércio do Grão Pará-Maranhão (ARAÚJO, 2015. p. 30).

O Piauí sofrera algo parecido, pois para Portugal garantir algumas províncias em seus domínios significava manter um certo controle econômico na América Portuguesa. A ideia era manter algumas províncias do Norte sob a égide de Portugal e assim não abrir mão totalmente do território brasileiro. Como observa Araújo (2015), as cortes portuguesas, ao perceberem que a independência era um ato irreversível, decidiram manter sob seu controle pelo menos o Norte, enviando tropas ao Piauí com o intuito de consolidar o ambicioso projeto de garantir a vizinha província do Maranhão.

No Piauí, os membros da elite uniram forças em torno do bem comum. O objetivo era expulsar os portugueses das terras piauienses e organizar a economia e a política local. Nesse mesmo direcionamento estavam homens como Simplício Dias da vila da Parnaíba e o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, futuro Barão e Visconde da Parnaíba. Com a concretização e adesão do Piauí ao sistema monárquico constitucional, em 1823 (fato que ocorreu com a expulsão e prisão de Fidié, contanto com a ajuda das províncias cearense e maranhense), restara saber como se articulava o poder em terras piauiense.

Houve divergências e rupturas no cenário político da província. O debate e os questionamentos em torno das ideias política vindas da Corte fora ponto crucial para definir as diretrizes que a elite local seguiria a partir da adesão do Piauí “a causa do Brasil.

Nessa conjuntura, olhamos para o movimento da Confederação do Equador e observamos que o mesmo fora determinante para ditar os rumos do Piauí dentro do Estado imperial em construção. O movimento dos confederados visava a busca por autonomia e participação das províncias nas decisões do governo central. Fora um movimento separatista de cunho federalista e republicano que atingira boa parte das províncias do Norte.

O movimento da Confederação do Equador contou com o apoio de algumas vilas da província piauiense, sendo Campo Maior e Parnaíba as duas mais envolvidas a favor da Confederação e as que sofreram um grau maior de repressão contra o movimento e a favor das ideias do monarca.

Analisando o movimento, Araújo contribui ainda com a análise de como as vilas de Campo Maior e Parnaíba estiveram ligadas ao movimento separatista de 24, observando ainda

que as mesmas elites que atuara no processo de emancipação na província, novamente encontram-se agora em outra conjuntura;

Durante a Confederação do Equador, em 1824, as lideranças que haviam tomado parte na luta pela expulsão dos portugueses, agora se encontravam sediciosos, e algumas vilas, como a de Campo Maior, local onde havia sido deflagrada a Batalha do Jenipapo, foi a primeira a não aderir à nova constituição do império, ao adiar por várias vezes a cerimônia de juramento. E por extensão, muitos líderes que arquitetaram a independência assinavam a adesão da Câmara de Parnaíba ao movimento de Pernambuco (ARAÚJO, 2015. p. 39).

Entra em cena nesse momento uma nova abordagem da participação do Piauí na Confederação do Equador. A contribuição da província na afirmação do Estado imperial. Para esse entendimento precisamos compreender o lugar social do sujeito político Manuel de Sousa Martins e suas ações contra o movimento.

Podemos observar que a vila da Parnaíba, encabeçada por Simplicio Dias da Silva e o presidente da Câmara, João Cândido de Deus e Silva, apoiados pelos vereadores Rodrigues Falcão, Veridiano Brochado, João José Meireles e João Cardoso Batista apoiaram as ideias pernambucanas.

Aparece também a vila de Campo Maior como sendo uma das participantes do movimento e que tivera a presença de emissários em seus domínios, além de contar com homens da vila que figuravam aderir ao ideário republicano vindo das províncias vizinhas. A elite letrada, ciente da movimentação política que ocorria no império.

Em Campo Maior reuniram-se os elementos uteis de maior actividade na província. Na Parnahvba cooperavam os elementos mais representativos da cultura, da riqueza e do esforço inteligente da população. O dr. João Cândido de Deus e Silva. Juiz de fora do cível, crime e orphãos destas villas, em exercido desde 1819 e o coronel Simplicio Dias da Silva, o fidalgo da Casa grande, que possuia grandes cabedaes, representados em quatro xarqueadas mil e oitocentos escravos, empregados em toda a sorte de serviços agrícolas, commerciaes e industriaes, eram os expoentes intellectuaes da provincia (BRANDÃO, 1924. p. 339).

Se atentarmos bem, tanto Campo Maior, quanto a vila da Parnaíba teve adeptos a favor da Confederação do Equador. Homens que justificavam suas paixões políticas contra um cenário despótico criado no Rio de Janeiro. Procuravam divulgar as ideias do movimento e aderir a seus ideais, contudo, os agentes do império entram em cena, no Piauí, fora Manuel de Sousa Martins, que entre rupturas e tensões combatera os ideais da Confederação.

As vilas piauienses que participaram do movimento, tiveram a frente homens das letras e políticos sediciosos que conheciam o jogo de poder dos primeiros anos de afirmação do Estado imperial, onde a acomodação das elites no novo Estado em construção fora fator primordial para afirmação dos grupos oligárquicos no poder local. O objetivo era propagandear as ideias nas vilas sediciosas no Piauí, o que teve sempre apoio da elite parnaibana e campo maiorense como observa Brandão;

O dr. João Cândido, era um intemerato propagandista da republica e da democracia e não perdia ensejo de proclamar as suas opiniões políticas entre os seus jurisdicionados. Parnahyba e Campo Maior foram, pois de 1821 a 1824, um núcleo forte de irradiação das aspirações liberaes. Dahi se estabelecer, nessas duas villas, uma receptividade alarmante ao contagio das ideias de republica e democracia. Alem destes intellectuaes, nessa epoca. na província existiam outros que se salientaram na política do paiz, como os deputados ás Cortes de Lisboa, dr. Miguel de Souza Borges Leal Castro Branco, o primeiro piauiense que se formou em direito em Coimbra, um republicano convicto que passou a maior parte de sua vida em Campo Maior, Ovidio, Saraiva de Carvalho, um poeta primoso de quem se ocupou Theophilo Braga que foi o advogado de Joao Guilherme Ractcliff, perante a Relação da Côrte do Império e o padre Domingos da Conceição, que muito se interessou pela província (BRANDÃO, 1924. p. 339-340).

Esse embate em torno da Confederação do Equador e da construção do Estado imperial brasileiro teve diversas facetas. Falamos da elite local, que nesse caso, foram os “políticos” que protagonizaram os embates a favor das ideias do monarca e contra o movimento separatista de 24. Manuel de Sousa Martins assumiu a liderança contra o os confederados em terras piauienses e fora um daqueles agentes do império; como ele mesmo dizia na época, um adepto da causa do Brasil.

É por esse viés que observamos as divergências e rupturas entre os membros da elite piauiense. Enquanto alguns, como Simplício Dias e João Candido de Deus eram favoráveis a Confederação do Equador, outros como o até então brigadeiro Manuel de Sousa Martins e o padre Marcos de Araújo Costa defendiam o modo como o imperador conduzia a política do império nascente. Homens que lutaram juntos por um bem comum em 1823, agora divergem a respeito da forma como a política imperial deveria ser conduzida.

As ideias da Confederação do Equador foram combatidas de forma consistente pelo governo provisório da província do Piauí. A falta de unidade política que reinava no império naquele momento, desaguara na província a ponto de alguns membros da elite local serem presos como agitadores da ordem e contrários as ideias do monarca. Podemos citar alguns feitos de Sousa Martins contra a Confederação.

Eleito presidente temporário da província em 1824, começa a dar os primeiros passos contra o movimento iniciado em Pernambuco, contribuindo para a formação e afirmação do Estado imperial brasileiro;

Passei a dar as Providencias necessárias. Convoquei tropas para fortificar os pontos que são sujeitos à invasão. Fiz publicar os Bandos- documentos nº 12, aplicando a mesma medida da qual sua Majestade Imperial se servira no Decreto de 21 de junho, em que chama os soldados que tiveram suas baixas para servirem com dobrado soldo, até que se restituísse a tranquilidade da Província; e os que foram chamados somente se alistaram, para estarem prontos a marchar quando fossem chamados vencendo então seus soldos. (Ofício de 21 de outubro de 1824 enviado por Manuel de Sousa Martins ao ministro e secretário de negócios do império. In: BRITTO, Anísio. Adesão do Piauí à Confederação do Equador, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922. p. 80).

A preocupação do governo temporário era em manter a ordem. Primeiro ponto das ideias de Né de Sousa fora pensar em manter uma estrutura minimamente segura dentro da província, longe de ideias sediciosas e agitações. O segundo ponto, possivelmente involuntário, diz respeito a preservação da unidade territorial, pois uma vez mantendo a ordem e evitando a adesão da província ao movimento separatista, há visivelmente uma contribuição para firmar as bases do Estado, ou seja, a garantia da unidade, além da centralização dos poderes nas mãos do monarca.

As elites regionais precisavam posicionar-se politicamente após a emancipação política em 1822. Alguns buscavam a monarquia federalista, uma minoria a república, mas a grande base política das províncias permaneceu praticamente as mesmas; uma monarquia constitucional que manteve as estruturas sociais e aguçou os embates políticos dentro do território.

Dentro das províncias haviam aqueles que comungavam das ideias do monarca e buscavam conciliar os interesses da Corte aos seus interesses pessoais. Na província piauiense, Sousa Martins ao chegar ao poder, mesmo que de maneira provisória, deixou claro que as ordens e leis do imperador deveriam ser colocadas em prática dentro da província. Centralismo e conservadorismo eram a partir de então as palavras chave de sua administração.

Nessa conjuntura, podemos analisar que a história política com suas novas vertentes e análises contribuem para observarmos como o político interfere na sociedade. Não como o ser supremo, como outrora a história tradicional o exaltou, mas como um integrante do social, um espelho das ideias que circulam na sociedade em que vive, podendo ser mesmo ser algo

abstrato. Como observa Rémond (2003) “Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam”.

Nesse intuito, analisamos que as ações do político interferem no social como um todo. Sendo que não há setor em que suas manifestações não atuem. Nesse ensejo, as ações do brigadeiro Manuel de Sousa Martins demonstram uma afeição aos ideários de ordem que vinham da sede do império.

A preocupação de Sousa Martins era com o juramento da Carta Constitucional outorgada de 1824, tendo que cumprir o decreto imposto pelo imperador, onde todas vilas das províncias deveriam jurar fidelidade ao monarca e ao projeto de constituição. Um ato legítimo de um agente do Estado imperial.

Certificou-se de cobrar os impostos vencidos para fortalecer os cofres públicos, tudo isto levado ao conhecimento do Imperador através de ofícios destinado ao ministro de negócios do império. Buscava de alguma forma demonstrar ao monarca as atitudes que tivera diante da ameaça que representava a Confederação do Equador.

As ações tomadas contra as ideias dos confederados dentro da província são no intuito de contribuir com a causa do imperador, sendo quase que prioridade do presidente temporário noticiar o que havia feito contra o movimento e a favor do império. Alguns membros da elite local, aguçados pela ajuda da província cearense, ainda insistiam em aderir as ideias da Confederação. No entanto, o movimento fora sufocado e as ideias do monarca postas em prática por muitos dos seus “agentes imperiais”.

Sousa Martins fora ferrenho defensor das causas do imperador e colecionou desafetos dentro da província piauiense. Simplício Dias da Silva, que recusara assumir o governo por motivos pessoais e João Cândido de Deus e Silva, preso como um dos líderes do movimento no Piauí foram alguns desses. Ulysses Brandão, observa a participação do futuro Barão da Parnaíba nos embates contra a confederação do Equador e a manutenção da ideia de governo vinda do monarca no Rio de Janeiro;

No Piauí, graças ao seu presidente temporário, mais tarde visconde da Parnaíba, guardaram-se as atitudes conciliatórias, na reação contra o movimento republicano e separatista da Confederação do Equador, limitando a repressão às prisões, em Campo Maior, entre outros, do commandante .Antonio José Tienriques, e do tenente coronel Miguel José Eerreira, do capitão João da Costa Alecrim e na Parahyba, do juiz de fóra dr. João Cândido de Deus e Silva, Meridiano de Souza Brochado, João José de Salles, João Cardoso Baptista, João Rodrigues Falcão, José Ferreira Meirelles, escrivão João da Costa Rosai e A Confederação do Equador commadante Bernardo Saraiva e Domingos Dias da Silva Henrique. Essas prisões foram effectuadas em 10 de janeiro de 1825, sendo em agosto, aberta em Oeiras, pelo ouvidor interino João Martiniano Barata, uma devassa que só ficou encerrada em 28

cie dezembro, dando assim tempo ao tempo, para que as paixões se arrefecessem, como succedeo (BRANDÃO, 1924. p. 347-348).

Podemos analisar que o mundo da política imperial definiu os rumos do político nas províncias, sobretudo na Piauiense. Não houve a tão sonhada autonomia provincial, sobretudo no Norte. Como observa Rosanvallon, não há uma sociedade sem referência a um local de poder; ou seja, o poder político consistindo numa precondição da vida social.

Dessa forma observamos que a construção do Estado imperial brasileiro teve a contribuição singular da província piauiense. Uma vez que era preciso garantir a ordem e as ideias do monarca em cada província, para que assim a unidade territorial e os ideais políticos da Corte permanecessem inalterados.

Considerações finais

A construção do Estado imperial brasileiro requer uma análise profunda dos governos provinciais. As províncias, sobretudo as do Norte, encabeçadas por Pernambuco, buscavam a separação do restante do império nascente. No entanto, as ideias de Estado que figuravam na Corte no Rio de Janeiro tinham como um dos principais eixos, a manutenção da estrutura do território, ou seja, a unidade territorial era fundamental para os planos do imperador.

Além desse fator, o centralismo de D. Pedro I fora um ferrenho indicador de que os embates políticos contra os ideais da Corte seriam motivos de levantes e movimentos durante boa parte da primeira metade do século XIX. A Confederação do Equador buscara entre outros fatores, combater o centralismo imposto por D. Pedro I., contudo, os ideais do monarca foram garantidos nas províncias devido à boa parte da elite que seria leal a política imperial.

No Piauí, a contribuição a favor da formação e afirmação do Estado imperial brasileiro se deu com as ações do governo provisório de 1823 a 1825, que tendo como presidente o futuro Barão da Parnaíba, auxiliou na manutenção da ordem na província, evitando a dispersão territorial, combatendo as ideias dos confederados e consequentemente garantindo a unidade territorial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica* – nº 33.2. 2015. Disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/443/457>> Acesso em 14 de junho de 2016.

BRANDÃO, Ulisses. **A confederação do Equador**. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

BRAZIL. Constituição Política do Império do Brasil. **Carta de Lei de 25 de março de 1824**. p. 13. Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1737>> Acesso em 16/09/2016.

BRITTO, Anísio. **Adesão do Piauí à Confederação do Equador**, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: Escritos de história e política. Belo horizonte, Ed. UFMG, 1998.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização brasileira**, tomo II o Brasil Monárquico: O processo de emancipação. Direção de Boris Fausto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: O processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.) **História de vários feitos e circunstâncias**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017

_____. O lugar das elites regionais. **REVISTA USP**, São Paulo, n.58, p. 116-133, junho/agosto 2003. p. 118. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33853/36586>> Acesso em 23 de junho de 2015.

_____. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

NEVES, Abdias. **O Piauí na confederação do Equador**. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.